



## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0001795-12.2016.2.00.0000**

Requerente: **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL**

Requerido: **JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BANDEIRANTES - PR**

**RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO DO FONAJE. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS. RECURSO CONHECIDO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

- 1- Os enunciados aprovados pelo FONAJE não possuem natureza cogente passível de controle pelo Conselho Nacional de Justiça.**
- 2- Recurso conhecido a que se nega provimento.**

## **ACÓRDÃO**

Após o voto do Ministro Presidente Dias Toffoli (vistor), o Conselho, por maioria, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do então Relator Arnaldo Hossepian. Vencidos o Conselheiro André Godinho e o então Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro, que declaravam a nulidade do Enunciado nº 135 editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE. Plenário Virtual, 13 de dezembro de 2019. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Aloysio Corrêa da Veiga (então Conselheiro), Luiz Fernando Tomasi Keppen, Daldice Santana (então Conselheira), Valtércio de Oliveira (então Conselheiro), Mário Guerreiro, Fernando Mattos (então Conselheiro), Luciano Frota, Maria Cristiana Ziouva, Arnaldo Hossepian (então Relator), Valdetário Andrade Monteiro (então Conselheiro), André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila.



## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0001795-12.2016.2.00.0000**

Requerente: **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL**

Requerido: **JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BANDEIRANTES - PR**

## **Relatório.**

**Trata-se de Recurso Administrativo, em sede de Procedimento de Controle Administrativo, interposto tempestivamente pelo Recorrente, contra decisão monocrática proferida em 22/08/2016, na qual foi determinado aos Supervisores dos Juizados Especiais da Comarca de Bandeirante/PR que reformem o texto das Portarias nº 1 e nº 2/2006 de modo a adequar as regras ali estabelecidas aos ditames do Artigo 14 da Lei 9.099/90 e da Constituição Federal, suspendendo seus efeitos até a efetiva reforma dos normativos.**

**Por entender que o Enunciado nº 135 editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE não possui natureza cogente e vinculante, o pedido de desconstituição do referido enunciado foi indeferido.**

**Irresignado com a decisão parcial proferida na decisão monocrática, o requerente, ora recorrente, pleiteia a integral procedência do pedido inicialmente feito.**

### **Assevera o requerente as seguintes razões:**

“Embora o e. Relator tenha reconhecida tais premissas e julgado parcialmente procedente para determinar a suspensão das Portarias indicadas, deixou de fazê-lo em relação ao Enunciado nº 135, do FONAJE.

Contudo, data vênia, não se pode admitir a subsistência de Enunciado expedido por Fórum de Juízes que contrarie a legislação do microssistema dos juizados especiais, haja vista que não impõe outras exigências (requisitos da petição inicial) além daqueles acima descritos, tampouco o CPC/1973 assim o fazia, e também não o faz o NCPC, de sorte que o Enunciado em tela se revela manifestamente contrário à legislação em vigor.

Não pode prosperar o entendimento do il. Relator ao julgar improcedente o pedido de invalidação/desconstituição do Enunciado FONAJE nº 135, por entender que esta norma não possui caráter cogente e vinculante servindo de mera orientação aos magistrados.

Ora, ainda que o ENUNCIADO atacado não tenha incidência obrigatória é inegável que seu objetivo maior é a uniformização do sistema dos juizados, além de representar um indicativo para a interpretação das matérias afetas à competência dos Juizados Especiais, significando o entendimento majoritário emanado de Fórum de Coordenares daquele órgão do Judiciário.

E mais, mesmo que não vinculante é indubitável que grande parte dos Juizados Especiais aplicam o conteúdo do Enunciado nº 135 e, na prática, inviabilizam o acesso à

jurisdição.

Trata-se de um paradoxo porque, em tese, o Enunciado configura uma orientação não vinculativa, mas acaba, na prática, tendo eficácia de ato normativo de observância obrigatória dos magistrados, especialmente destes que, embora não funcionem como legisladores positivos, reúnem-se em colegiados/fóruns e editam orientações contra legem.

Logo, não é salutar e juridicamente adequado que um ENUNCIADO eivado de ilegalidade e inconstitucionalidade represente o entendimento majoritário de um braço do judiciário pátrio e influencie diretamente na formação do convencimento dos magistrados.

Seguramente, não se pode negar, concessa venia, que os magistrados procuram, em regra, pautar sua atuação em consonância com o posicionamento prevalecente no órgão e Fóruns Nacionais sob os quais se vinculam, notadamente nos Juizados especiais cujos traços marcantes são a simplicidade e a economia processual, fato que implica uma constante necessidade de observância da jurisprudência dominante, de precedentes, súmulas e ENUNCIADOS.

De fato, o conteúdo do Enunciado extrapola os limites de sua competência, assim como se imiscui em matéria reservada a lei strictu sensu, malferindo o princípio da legalidade administrativa, em clara violência, repita-se, ao art. 5º, II, da Carta da República e ao artigo 6º, I, da Lei nº 10.259/2001 e à Lei 9.099/1995.

Em síntese, as restrições ora atacadas vão de encontro ao espírito de todas as normas acima citadas, pelo que se conclui, permissa venia, a imperatividade de providências de e. Conselho Nacional, já que as Requeridas:

1) Estipulam restrições às pessoas físicas e jurídicas não prevista nas Leis nº 9.099/1995 e 10.259/2001, que regulam os Juizados Especiais, extrapolando, por conseguinte, o poder normativo conferido ao Judiciário, que não pode inovar o ordenamento jurídico;

2) Atentam contra as garantias fundamentais constitucionais insculpidas no artigo 5º, incisos II (Legalidade/Reserva Legal), XXXIV, letra a (Direito de Petição); XXXV (Livre Acesso à Jurisdição/Inafastabilidade da Tutela Jurisdicional e LIV (Devido Processo Legal Substantivo) e no artigo 37, 'caput', (Princípio da Eficiência);

3) Apresentam em suas condutas clara inconstitucionalidade formal, uma vez que infringem o art. 22, I, da Constituição Federal, pois instituem disposições referentes a direito processual, quando somente a União via lei federal poderia assim proceder.

Corroborando os fundamentos esposados neste procedimento, insta levar ao conhecimento desse e. Conselho que as Turmas Recursais Cíveis Reunidas dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento de Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 71004397014 (cópia já anexada) afastaram a exigência de juntada da nota fiscal atinente ao negócio objeto da demanda como condição para que a pessoa jurídica possa propor ações perante o Juizado Especial (ou como pressuposto para a

sua caracterização como microempresa ou empresa de pequeno porte), declarando inaplicável a segunda parte do Enunciado nº 135 do FONAJE.

Destacou, pois, expressamente a relatora do Incidente – Juíza Fernanda Carravetta Vilande - na conclusão de seu voto:

(...) ante as razões acima elencadas, tem-se que a exigência da juntada da nota fiscal atinente ao negócio objeto da demanda, como condição para que a pessoa jurídica possa propor ações perante o Juizado Especial (ou como pressuposto para a sua caracterização como microempresa ou empresa de pequeno porte), importa em requisito não amparado na lei, e que, por configurar limitação ao acesso à justiça, constitucionalmente assegurado, não pode ser aplicada.

(...)

Voto, ainda, pela uniformização de jurisprudência, a fim de afastar a exigência da juntada da nota fiscal atinente ao negócio objeto da demanda, como condição para que a pessoa jurídica possa propor ações perante o Juizado Especial (ou como pressuposto para a sua caracterização como microempresa ou empresa de pequeno porte), declarando inaplicável a segunda parte do Enunciado nº 135 do FONAJE.

(...) (grifos nossos).

Portanto, o julgado acima demonstra que o Enunciado nº 135, embora concebido como instrumento de orientação aos juízes, tem servido como barreira e inviabilização do acesso à jurisdição, sobretudo quando expressa condicionamento ao microssistema dos juizados com exigências não amparadas nas leis de regência.

Com o devido respeito, ao condicionar o acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte à comprovação de sua qualificação tributária, o Enunciado nº 135 nada mais faz do que orientar os juízes a exigir[9] (... depende ...) dos jurisdicionados o que as leis de regência não o fazem, daí o desserviço prestado pelo FONAJE ao inviabilizar o acesso aos juizados especiais.

Os juízes têm ampla liberdade, autonomia e independência de se reunir em colegiados/fóruns/seminários e etc. objetivando discutir mecanismos de aperfeiçoamento e melhoria na prestação jurisdicional, bem como identificar os 'gargalos' existentes no dia a dia forense que muitas vezes travam o rito processual e descumprem o princípio constitucional da razoável duração do processo.

Mas, com o devido respeito, não lhes cabe interpretar a legislação e dela extrair exigências --- não expressamente definidas --- que impõem óbices ao acesso ao Poder Judiciário. Toda vez que o interprete se envolve em tema relacionado ao art. 5º, XXXV, da CF, deve procurar solução que maximize seu alcance e eficácia, e nunca que o restrinja, daí a afirmação no sentido de que o Enunciado nº 135, do FONAJE, ofende os princípios constitucionais e regras legais já referidos.

É mandatória, respeitosamente, a atuação desse Eg. Conselho Nacional de Justiça - CNJ de modo a desconstituir/invalidar o Enunciado impugnado e assegurar o pleno acesso de todas as pessoas físicas e jurídicas aos Juizados Especiais.

Destarte, requer este Conselho Federal o provimento do recurso de modo a julgar integralmente procedente o procedimento administrativo com a invalidação/desconstituição do Enunciado FONAJE nº 135.”

Nas razões apresentadas, o recorrente requer a reforma da decisão combatida, tendo por base argumentos já apreciados, conforme declarado no corpo do texto.

Por fim, pleiteia o recorrente, pelo recebimento e provimento do recurso interposto.

É o relatório.



### **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0001795-12.2016.2.00.0000**

Requerente: **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL**

Requerido: **JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BANDEIRANTES - PR**

### **VOTO**

Em linhas preliminares, destaco que o presente recurso foi interposto dentro do lapso temporal previsto no Regimento Interno deste Conselho, em seu artigo 115, sendo, pois, tempestivo, razão pela qual merece ser conhecido e apreciado.

**A decisão que ora se combate foi proferida, em 19 de abril de 2016, cujo teor transcrevo:**

## “DECISÃO MONOCRÁTICA FINAL

...

Inicialmente, esclareça-se que ao Conselho Nacional de Justiça compete, precipuamente, “o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes”, nos termos do § 4º do Art. 103-B da Constituição Federal de 1988.

Isto posto, entendo que para uma atuação do Conselho Nacional de Justiça, se faz necessário, ao menos, que haja ilegalidade ou grave desconformidade na prestação de serviço pelos órgãos do Poder Judiciário.

No caso em tela, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil requer controle sobre duas Portarias editadas pelos Juízes Supervisores do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirante/PR, bem como do Enunciado 135 do Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE, cujas redações transcrevo:

### “PORTARIA N. 001/2009

A Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito Supervisora do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirante/PR, Vanessa Jamus Marchi, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso I, da Lei 10.259/2001, e almejando melhoria na prestação dos serviços jurisdicionais,

Resolve:

1. Determinar que os pedidos a serem registrados perante o Juizado Especial Cível desta comarca, sejam instruídos com os seguintes documentos:

Tratando-se de pessoa jurídica:

A) contrato social;

B) certidão da Junta Comercial, atualizada a cada 120 dias;

C) balanço da receita anual do último exercício;

D) cópia da nota fiscal do negócio jurídico envolvendo as partes, para comprovar que o crédito decorre de sua atividade como microempresa ou empresa de pequeno porte;

E) Alvará de autorização de funcionamento e comprovante de recolhimento anual do ISS, fornecido pelo Município;

F) declaração do contador ou certidão da Junta Comercial, comprovando que os sócios da parte autora não são titulares de firma mercantil ou sócios de outra empresa, que receba tratamento diferenciado na forma do artigo 4º, § 3º da Lei Complementar 123/2006, Estatuto Nacional da Microempresa;

1.1. os documentos enunciados nos itens “1) a, b, c, d, e, f” serão arquivados na secretaria em pasta própria, sendo que em ato contínuo, será juntada no processo, a respectiva certidão do Secretário do Juizado, atestando a regularidade.

Tratando-se de pessoa física:

A) nome, endereço, telefone e CPF;

B) se a ação versar sobre negócio jurídico, apresentar cópia do contrato e/ou outro documento, ou, o nome e qualificação de, ao menos, duas testemunhas;

C) se a ação versar sobre reparação de danos por acidente de veículo apresentar 03 (três) orçamentos e o Boletim de Ocorrência, se elaborado;

D) valor do objeto da ação;

E) o correto nome e endereço da parte requerida, constando rua, bairro, cidade, CEP, telefone e demais dados que poderão facilitar a entrega da correspondência, haja vista que o ato citatório será efetuado via postal.

2. Quanto às ações em curso, em que figuram como parte promovente pessoas jurídicas, os documentos discriminados nos itens a, b, c, d, e, f, deverão ser apresentados nos autos no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3. Decorrido o prazo acima, sem apresentação dos documentos, o secretário certificará nos autos, fazendo imediata conclusão ao Juiz, para extinção e arquivamento.

Esta portaria entra em vigor nesta data.

Cumpra-se e promovam-se as comunicações necessárias, dando ciência à secretaria da direção do Fórum e remetendo-se cópia da presente à Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça e à 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná.

Dada e passada neste Município e Comarca de Bandeirantes/PR, em 22 de janeiro de 2008.

VANESSA JAMUS MARCHI

JUÍZA SUPERVISORA

PORTARIA Nº 2/2009

O Doutor ANDRÉ CARIAS DE ARAUJO, MM. Juiz de Direito Supervisor do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirantes/ PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei 10.259/2001, e almejando melhoria na prestação da tutela jurisdicional,

Resolve:

Re/Ratificar a portaria nº 01/2009, do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirantes, para fim de excluir do item I da mencionada norma a exigência estabelecida na alínea “e” (alvará de autorização de funcionamento e comprovante de recolhimento anual de ISS, fornecido pelo Município), passando a constar em seu lugar a atual alínea “f”, que será identificada como alínea “e”, mantendo-se hígidas as suas demais disposições.

Acrescentar os itens 1.2 e 1.3 à portaria nº 01/2009, do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirantes, com a seguinte redação:

“1.2 Em não atendido o item 1, alínea “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, da Portaria nº 01/2009, do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirante, o Secretário, antes de designar audiência de conciliação, intimará a parte reclamante para, no prazo de 10 dias, regularizar o pedido, acostando aos autos os documentos necessários, sob pena de extinção.”

“1.3 Decorrido o prazo acima prescrito, sem apresentação dos documentos, o secretário certificará o ocorrido, remetendo os autos à conclusão para extinção e arquivamento.”

Esta Portaria entrará em vigor na presente data.

(...)

André Carias de Araújo

Juiz Supervisor

ENUNCIADO 135 (substitui o Enunciado 47)

O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro – Palmas/TO).”

Quanto ao Enunciado nº 135 editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE ,o pedido não merece acolhida. Forçoso se fazer mencionar que o referido enunciado não possui qualquer natureza cogente e vinculante, servindo apenas de uma



orientação aos magistrados, assim como são os Enunciados de Direito Civil e Direito Empresarial aprovados nas Jornadas de Direito realizadas pelo Conselho da Justiça Federal.

Acrescento que o magistrado, quando utiliza o enunciado em suas decisões, não o faz por obrigação e sim como argumento para fortalecer sua convicção no exercício jurisdicional.

Por seu turno, analisando o teor das Portarias nºs 1 e 2/2009 editadas pelos Juízes Supervisores do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirante/PR forçoso se faz reconhecer que os referidos atos normativos apresentam regras conflitantes com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal bem como na legislação infra.

“Toda pessoa tem direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza” (Artigo 8º, 1 da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos - São José da Costa Rica).

O acesso à justiça está previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal que diz: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito.” Pode ser chamado também de princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou princípio do direito de ação.

Interpretando-se a letra da lei, isto significa que todos têm acesso à justiça para postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória relativa a um direito. Verifica-se que o princípio contempla não só direitos individuais, como também os difusos e coletivos e que a Constituição achou por bem tutelar não só a lesão a direito como também a ameaça de lesão, englobando aí a tutela preventiva.

A leitura do preceito universal e do comando constitucional, revelam, sem muito esforço, desadequação do quanto determinado nas Portarias nº 1 e 2/2006 do Juizado Especial da Comarca de Bandeirante em especial no tocante aos seguintes trechos: “3. Decorrido o prazo acima, sem apresentação dos documentos, o secretário certificará nos autos, fazendo imediata conclusão ao Juiz, para extinção e arquivamento.” e “ 3.1 Decorrido o prazo acima prescrito, sem apresentação dos documentos, o secretário certificará o ocorrido, remetendo os autos à conclusão para extinção e arquivamento.”

Limitar o acesso do jurisdicionado à Justiça, negando-se a apreciar o mérito de matéria relativa aos Juizados Especiais, microsistema judicial em que os princípios da Efetividade, Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade se destacam sobre as demais regras de processo, não pode ser algo condicionado à necessidade de cumprimento de exigência preliminar não prevista em lei, ainda mais sob pena de arquivamento de processo.

O artigo 14 da Lei Federal nº 9.099/90 apresenta os requisitos necessários à instauração do processo, senão vejamos:

Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes;

II - os fatos e os fundamentos, de forma sucinta;

III - o objeto e seu valor.

§ 2º É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

§ 3º O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

Conforme se observa, as regras estabelecidas na legislação que disciplinam a instauração de processos no Juizado Especial não prevêm outras condições como aquelas fixadas nos atos ora combatidos.

Mesmo considerando a boa intenção dos magistrados que editaram os referidos atos, no intuito de melhor instruir as ações a serem apreciadas, não se pode admitir que essa intenção exceda a devida prestação jurisdicional à luz do reza o artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Deste modo, ante a manifesta violação aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, bem como na legislação aplicável aos Juizados Especiais, imperioso se faz determinar aos Supervisores dos Juizados Especiais da Comarca de Bandeirante que revoguem as regras estabelecidas nas Portarias nºs 1 e 2/2006 que estejam em desconformidade com a legislação supracitada, consoante aqui explicitado.

Isso posto, com fulcro no artigo 25, XII do RICNJ determino aos Supervisores dos Juizados Especiais da Comarca de Bandeirante/PR que reformem o texto das Portarias nº 1 e nº 2/2006 de modo a adequar às regras ali estabelecidas aos ditames do Artigo 14 da Lei 9.099/90 e da Constituição Federal, suspendendo seus efeitos até a efetiva reforma dos normativos.

Intime-se e, posteriormente, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.

Brasília, 19 de agosto de 2016

Conselheiro Arnaldo Hossepian Junior

**Relator”**

**Em sede recursal, o recorrente reafirma as alegações iniciais no que concerne o pedido de desconstituição do Enunciado FONAJE nº 135.**

**Na decisão monocrática entendi não ser possível o controle sobre o referido Enunciado nº 135, editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais, uma vez que os referidos enunciados não possuem caráter normativo com força cogente.**

**Deste modo, o enunciado não obriga os magistrados a seguir os seus preceitos, e servem tão somente de auxílio para a tomada de decisão do magistrado.**

**Acrescento, ainda, que questionar o texto do enunciado pode ser comparado com o questionamento à uma doutrina qualquer, em que o profissional do Direito resolve não adotar no exercício de sua narrativa, técnica, sobre algum tema jurídico. Digo isso uma vez que os enunciados são aprovados em ambiente de debate de ideias, e expressam tão somente o entendimento predominante materializado naquele encontro.**

**Assim, como já explicitado na decisão monocrática supracitada, entendo como inviável a procedência do pedido inicialmente feito e por consequência o provimento do presente recurso.**

**Destaco, por fim, que as divergências quanto à citação de qualquer enunciado em decisão judicial integra os argumentos da decisão e, por consequência, pode ser questionado jurisdicionalmente, e não neste ambiente administrativo.**

**Este Conselho não possui, entre suas competências, a capacidade de rever matéria jurisdicional.**

**Desta forma, verifico inexistirem elementos novos capazes de modificar o entendimento já exarado quando da análise do pedido de providências em questão.**

**Diante do exposto, conheço do recurso e no mérito voto por lhe negar provimento, mantendo a decisão monocrática proferida.**

**Brasília, 05 de setembro de 2016**

**Conselheiro Arnaldo Hossepian Junior**

**Relator**

## VOTO DIVERGENTE

Adoto o bem lançado relatório do Ilustre Conselheiro Relator. No mérito, porém, peço licença para apresentar respeitosa divergência.

O Eminente Relator considerou que o Enunciado nº 135, editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE, *“não possui qualquer natureza cogente e vinculante, servindo apenas de uma orientação aos magistrados”*.

Ainda que enunciados não fossem considerados como atos administrativos, truísmo que são fundamentais na tomada de decisão do magistrado, uma vez que visam pacificar o entendimento sobre determinado tema.

Registre-se: no **sítio eletrônico deste Conselho Nacional de Justiça**, como parte do Programa “Redescobrimos os Juizados Especiais”, constam todos os **Enunciados do FONAJE**[1]. Demonstrando que há uma uniformização do entendimento adotado quanto aos temas.

Ademais, tenho que, em relação ao tema de que cuida o ENUNCIADO 135 (que substitui o Enunciado 47) – *“O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda”* - houve indevida inovação legislativa, considerando que o ato cria requisitos para o acesso à jurisdição que não estavam previstos na legislação pertinente.

A meu ver, em afronta direta ao disposto nos artigos 14 da Lei nº 9.099/1995 e 6º, inciso I, da Lei nº 10.259/2001. *In verbis*:

*“Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.*

*§ 1º Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:*

*I - o nome, a qualificação e o endereço das partes;*

*II - os fatos e os fundamentos, de forma sucinta;*

*III - o objeto e seu valor.*

*§ 2º É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.*

*§ 3º O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.*

*(...)*

*Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:*

*I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996”.*

Conforme exposto, **divirjo** do Nobre Conselheiro Relator para, negando provimento ao recurso, julgar procedente o pedido do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e **declarar a nulidade do Enunciado nº 135** editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE, de modo a **preservar as normas que dispõem sobre os Juizados Especiais e garantem o acesso à Justiça**.

É como voto.

### Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro

---

[1] Acesso em 17 de abril de 2018: <http://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/redescobrimos-os-juizados-especiais/enunciados-fonaje>.

#### VOTO DIVERGENTE

Adoto o relatório do Conselheiro Arnaldo Hossepian, Relator, que traz os elementos necessários ao deslinde do caso ora submetido a este Conselho Nacional de Justiça.

No mérito, entendeu o eminente Relator que “o Enunciado nº 135 editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE não possui natureza cogente e vinculante”, razão pela qual “o pedido de desconstituição do referido enunciado foi indeferido”.

Pedindo, desde logo, a máxima vênia, divergimos da solução apresentada para o presente caso.

De início, oportuno registrar que o PP 3726-50.2016, de nossa relatoria e já liberado para pauta, também trata de eventual controle de aplicação de interpretação materializada em enunciado do Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE.

É importante esclarecer que é atribuição constitucional deste Órgão de Controle analisar a legalidade de ato administrativo concreto em face dos parâmetros normativos aplicáveis. E os enunciados editados pelo FONAJE são atos gerais, não jurisdicionais, que refletem interpretação orientadora, ainda que não cogente ou vinculante, para magistrados que atuam no âmbito dos juizados especiais.

Portanto, sem invadir a esfera jurisdicional, é possível ao CNJ se manifestar quanto à legalidade dos Enunciados do FONAJE. Mais que isso, a ausência de qualquer manifestação sobre eventual enunciado impugnado no âmbito deste Conselho Nacional poderá gerar prejuízos muito maiores aos jurisdicionados.

E, em relação especificamente ao conteúdo material do Enunciado 135 editado pelo FONAJE, verifica-se que mais do que simples interpretação de normas, houve verdadeira inovação legislativa em relação ao tema, por órgão que não detém competência para tanto, senão vejamos:

*ENUNCIADO 135 (substitui o Enunciado 47) – O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro – Palmas/TO).*

O referido enunciado versa especificamente sobre matéria reservada a lei *strictu sensu*, **violando os princípios da legalidade, do acesso à Justiça e do devido processo legal**

**substantivo** (art. 5º, II, XXXV e LIV, da Constituição Federal), ao estabelecer requisitos adicionais e condições e procedibilidade que afrontam diretamente ao disposto nos artigos 14 da Lei nº 9.099/1995[1] e 6º, I, da Lei nº 10.259/2001[2].

Vale registrar que no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n 71004397014 (cópia anexada aos autos – Id 1927712), as Turmas Recursais Cíveis Reunidas do Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul entenderam pelo afastamento da aplicação da segunda parte do Enunciado nº 135 do FONAJE, ao fundamento de que *“a exigência da juntada da nota fiscal atinente ao negócio objeto da demanda, como condição para que a pessoa jurídica possa propor ações perante o Juizado Especial (ou como pressuposto para a sua caracterização como microempresa ou empresa de pequeno porte), importa em requisito não amparado na lei, e que, por configurar limitação ao acesso à justiça, constitucionalmente assegurado, não pode ser aplicada”*.

Ainda que referido enunciado não possua, como registrado pelo eminente relator, força cogente ou vinculante, é inegável que seu objetivo maior é a uniformizar o entendimento sobre o tema no âmbito do sistema dos juizados, representando um indicativo para a interpretação das matérias. Mais grave, no caso, é que se tratam de regras que restringem o acesso à jurisdição.

Em síntese, embora concebido como instrumento de orientação aos magistrados que atuam nos Juizados Especiais, **não se pode permitir que Enunciados do FONAJE sirvam como barreira e inviabilização do acesso à jurisdição, em especial quando expressam, como no caso, exigências e requisitos não amparados em leis que tratam do tema.**

A nosso sentir, referidos enunciados não são apenas um registro do entendimento, sem força normativa. É cediço que tais enunciados são utilizados pelos magistrados como fundamentos de validade para decisões e, não raro, são indicados como se fossem o entendimento consolidado sobre um determinado tema, tal qual uma súmula a refletir a posição do Tribunal.

Registre-se, ademais, que os enunciados do FONAJE estão atualmente disponibilizados pela Corregedoria Nacional de Justiça no sítio eletrônico do CNJ, em área própria relacionada aos Juizados Especiais, onde consta que o Fórum foi criado para o aprimoramento dos serviços judiciais a partir da troca de informações e da padronização de procedimentos em todo o território nacional.[3] Essa situação reforça, ainda mais, a ideia de que tais enunciados refletem uma posição institucional sobre os temas ali tratados.

Ante o exposto, com a devida vênia, divirjo do voto do Eminente Relator para declarar a nulidade do Enunciado nº 135 editado pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE, tendo em vista a patente afronta ao princípio maior de amplo acesso à Justiça, garantia constitucional insculpida no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, privilegiando, assim, de forma mais específica, as normas que regem o acesso e o funcionamento dos Juizados Especiais (Leis nº 9.099/1995 e 10.259/2001).

É o Voto.

Conselheiro André Godinho

*Assinatura Digital Certificada*

---

[1] Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes;

II - os fatos e os fundamentos, de forma sucinta;

III - o objeto e seu valor.

§ 2º É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

§ 3º O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

[2] Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

[3] <http://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/redescobrimos-os-juizados-especiais/enunciados-fonaje>

RECURSO ADMINISTRATIVO NO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0001795-12.2016.2.00.0000

REQUERENTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL

REQUERIDO: JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BANDEIRANTES - PR

RELATOR: Conselheiro Arnaldo Hossepian Júnior

### VOTO-VISTA

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ):**

Trata-se de recurso administrativo interposto pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB contra decisão monocrática do i. Relator, Conselheiro **Arnaldo Hossepian Júnior** que julgou parcialmente procedente o pedido.

Na petição inicial, o Requerente insurgiu-se contra as Portarias n. 1/2009 e n. 2/2009 do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirantes/PR, bem como do Enunciado n. 135 Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE.

Noticiou que a Portaria nº 1/2009 teria criado novos requisitos para acesso à Justiça ao estabelecer, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, os

documentos que deveriam acompanhar a petição inicial nos Juizados Especiais Cíveis daquela Comarca.

A Portaria n. 2/2009, por sua vez, retificou a Portaria n. 1/2009 para excluir a exigência de alvará de autorização de funcionamento e comprovante de recolhimento anual de ISS, fornecido pelo Município e acrescentou novos dispositivos.

O Enunciado n. 135 do FONAJE prescreveu:

O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro – Palmas/TO).

O Requerente asseverou, ainda, que o não atendimento às citadas Portarias ou ao Enunciado n. 135 do FONAJE impõe a extinção do feito sem resolução do mérito, o que implicaria ofensa ao arts. 320 e 321 do CPC, que determinam que a parte deve instruir a inicial com cópia de todos os documentos pertinentes à tutela jurisdicional buscada, devendo o magistrado, de outro lado, determinar sua emenda ou completude, caso em que indicará com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, NCPC).

Articulou que a legislação do microssistema dos Juizados Especiais não impõe outras exigências além daquelas acima descritas, de sorte que os atos normativos impugnados são manifestamente contrários à legislação em vigor e ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

Requeru, liminarmente, a sustação dos efeitos das Portarias n. 1/2009 e n. 2/2009 do Juizado Especial Cível da Comarca de Bandeirantes/PR, bem como do Enunciado n. 135 do FONAJE. No mérito, pleiteou a confirmação da liminar e a procedência do pedido, de forma a desconstituir/invalidar os atos impugnados.

Em decisão monocrática proferida em 22.8.2016, o i. Relator julgou os pedidos parcialmente procedentes, para determinar aos *“Supervisores dos Juizados Especiais da Comarca de Bandeirante/PR que reformem o texto das Portarias n. 1 e n. 2/2009 de modo a adequar às regras ali estabelecidas aos ditames do Artigo 14*



*da Lei 9.099/95 e da Constituição Federal, suspendendo seus efeitos até a efetiva reforma dos normativos”.*

Quanto ao Enunciado n. 135 do FONAJE, o Relator julgou improcedente o pedido relativo à sua desconstituição, ao fundamento de que o aludido Enunciado não ostenta natureza cogente ou vinculante.

Contra essa decisão, adveio o presente recurso administrativo, no qual se alegou, em suma, que o Enunciado n. 135 do FONAJE deve ser desconstituído/invalidado, porquanto se revela manifestamente contrário ao ordenamento jurídico vigente e, apesar de não possuir força vinculante, na prática, é aplicado por grande parte dos Juizados Especiais, inviabilizando o acesso à jurisdição.

A propósito, informou que as Turmas Recursais Cíveis Reunidas dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 71004397014, afastaram a exigência de juntada da nota fiscal atinente ao negócio objeto da demanda como condição para que a pessoa jurídica possa propor ações perante o Juizado Especial, declarando inaplicável a segunda parte do Enunciado n. 135 do FONAJE.

Conforme certidão de julgamento, os autos foram levados ao Plenário da 41ª Sessão Virtual, realizada entre 6 a 14.12.2018, tendo o relator – Conselheiro Arnaldo Hossepian – proferido voto, negando provimento ao recurso, no que foi acompanhado pelos Conselheiros Aloysio Corrêa da Veiga, Daldice Santana, Valtércio de Oliveira, Fernando Mattos, Luciano Frota e Maria Tereza Uille.

Os Conselheiros André Godinho e Valdetário Andrade Monteiro divergiram e declararam a nulidade do Enunciado n. 135 do FONAJE. Pedi vista regimental (id n. 3515579).

**Trago o feito para continuidade do julgamento e passo a votar, com base nos fundamentos expostos a seguir, no sentido de acompanhar o voto do i. Relator.**

Observe-se que o Conselheiro Relator negou provimento ao recurso, por entender que inexistem elementos capazes de modificar o entendimento exarado na decisão monocrática. Assentou que o Enunciado n. 135 do FONAJE não possui caráter normativo com força cogente, portanto, quando utilizado por magistrado, integra os argumentos da decisão e, por consequência, pode ser questionado na via judicial e não no âmbito administrativo.

Inicialmente, reputo pertinentes algumas considerações sobre a natureza jurídica dos enunciados oriundos de Fóruns que visam a padronizar e uniformizar os atos praticados, *in casu*, em Juizados Especiais, os quais se caracterizam como mera orientação doutrinária, desprovidos de força vinculante ou normativa, de sorte que o magistrado não está obrigado a julgar estritamente de acordo com o seu teor.

Por outro lado, não cabe ao CNJ realizar o controle sobre o conteúdo, a tese doutrinária ou a interpretação resultante de ampla e democrática discussão e deliberação dos seus participantes, atribuição que extrapola as competências delineadas no art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

[...]

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

Nesse sentido, colaciono precedente do CNJ da relatoria da i. Conselheira **Maria Tereza Uille Gomes** (PCA nº 0005864-53.2017.2.00.0000, julgado em 15.6.2018 – 34ª Sessão Virtual):

RECURSO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ENCONTRO DE JUÍZES DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E TURMAS RECURSAIS. APROVAÇÃO DE ENUNCIADO. AUSÊNCIA DE FORÇA NORMATIVA OU CARÁTER VINCULANTE. CONTROLE PELO CNJ. IMPOSSIBILIDADE. MERO REGISTRO DE ENTENDIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Procedimento de controle administrativo em que se requer a revogação de Enunciado aprovado em Encontro de Juízes de Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais.
2. Ao Conselho Nacional de Justiça foi atribuída a incumbência de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (103-B, CF), mas não a competência de avaliar o acerto ou desacerto de posições doutrinárias ou interpretações de magistrados sobre normas processuais consolidadas em evento de natureza colaborativa.
3. Os argumentos deduzidos no recurso repisam os termos da inicial e são incapazes de infirmar a decisão terminativa.
4. Recurso a que se nega provimento.

Transcrevo excerto do voto proferido no PCA nº 0005864-53.2017.2.00.0000:

Não vislumbro no recurso administrativo fundamento capaz de modificar a decisão terminativa.

Conforme pontuado, o Enunciado contra o qual se insurge a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro – o Enunciado TJRJ 10/2016, configura mero registro de entendimento de magistrados integrantes do sistema de Juizados Especiais Cíveis do Tribunal, **sem força normativa ou caráter vinculante**.

**Logo, eventual discordância com a determinação do juízo/tese jurídica deve ser atacada pelas partes por meio dos instrumentos processuais próprios, e não de forma oblíqua via CNJ.**

**Outra compreensão não nos parece factível, pois acaso fosse revogado o Enunciado 10/2016 pelo CNJ nada impediria que os magistrados continuassem a aplicar aquela orientação por convicção ou circunstâncias do caso em concreto.**

Por essa razão, reafirmo o entendimento de que ao CNJ não compete avaliar o acerto ou desacerto de posições doutrinárias ou interpretações de magistrados sobre normas processuais consolidadas em evento de natureza colaborativa (XI Encontro de Juízes de Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais do TJRJ).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso e mantenho a decisão que não conheceu do pedido e determinou o arquivamento dos autos.

Nessa mesma linha, tive a oportunidade de assentar no julgamento da Reclamação nº 24.325/SP-AgR, de minha relatoria, direcionamento a respeito do tema em discussão, *in verbis*:

**Agravo regimental na reclamação. Juizado especial.** Repercussão geral. Ausência de interposição de agravo interno. Não cabimento de reclamação como sucedâneo recursal. Agravo regimental não provido.

**1. Os enunciados editados a fim de sintetizar e promover interpretações que tiverem alcançado adesão da maioria dos participantes dos fóruns de discussão de jurisprudência formada nas instâncias ordinárias não possuem natureza jurídica de lei e, portanto, não têm força cogente relativamente aos sujeitos dos processos que tramitam no Poder Judiciário**, nem muito menos vinculam a Suprema Corte no exercício de sua competência, a qual é orientada pela Constituição Federal e pela legislação vigente, cuja interpretação é orientada pela jurisprudência construída no âmbito do próprio STF.

[...]

Em razão da relevância e pertinência com a hipótese discutida nestes autos, reproduzo excerto do referido julgado do STF:

É verdade que os juizados especiais criados pela Lei nº 9.099/1995 têm o propósito de aumentar o acesso à jurisdição, dando vazão às causas de menor complexidade e, assim, atender aos postulados da economia processual e da celeridade, conforme o art. 2º do referido diploma legal.

**Reconheço, também, a iniciativa de magistrados que compõem o sistema de juizados especiais estaduais no estudo da legislação processual a fim de orientar e, em alguma medida, promover a coerência na jurisdição oferecida ao cidadão nessa esfera, por meio de encontros para debate dos entendimentos praticados no âmbito de sua competência e, sobre alguns temas, editando enunciados a fim**

**de sintetizar interpretações que tiverem alcançado adesão da maioria dos participantes.**

**Esses enunciados, entretanto, não possuem natureza jurídica de lei e, portanto, não têm força cogente relativamente aos sujeitos dos processos que tramitam nos juizados especiais estaduais, nem muito menos vinculam esta Suprema Corte no exercício de sua competência, a qual é orientada pela Constituição Federal e pela legislação vigente, cuja interpretação é orientada pela jurisprudência construída no âmbito do próprio STF.**

(AgR na Recl. 24325/SP, Segunda Turma, DJe 21.2.2017) (grifei)

Assim, na hipótese de o magistrado proferir decisão com suporte na tese que compõe o Enunciado, não compete a intervenção deste Conselho, por se tratar de decisão na esfera jurisdicional. Caberá ao interessado eleger a via processual adequada para impugnar o ato.

Além disso, estão ausentes no recurso administrativo elementos novos capazes de rechaçar a decisão monocrática impugnada, porquanto está edificado na mera reiteração do alegado na exordial. É assente na jurisprudência do CNJ que a repetição de argumentos da inicial já repelidos na decisão não autorizam a sua reforma (Nesse sentido: PP nº 0002556-43.2016.2.00.0000 – Rel. Arnaldo Hossepian – 31ª Sessão Virtual – j. 15/2/2018.)

Ante o exposto, **acompanho o i. Relator e nego provimento ao recurso administrativo.**

**É como voto.**



Assinado eletronicamente por: **Ivana Farina Navarrete Pena**

**28/02/2020 17:39:14**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **3847650**



20022817391457100000003479267

